COMPLIANCE
TRIBUTÁRIO

Projeto Compliance Tributário

Manual de Orientação ao Contribuinte

Padrões Técnicos de Comunicação COT

Versão 1.00a – maio 2022

Sumário

Controle de Versões 4
Histórico de Alterações / Cronograma 5
1 Introdução 6
2 Considerações Iniciais 6
2.1 Conceitos 6
2.1.1 Compliance Tributário 6
3 Arquitetura de Comunicação com Contribuinte 7
3.1 Modelo Conceitual 7
3.2 Padrões Técnicos 8
3.2.1 Padrão de documento XML 8
3.2.2 Padrão de Comunicação 11
3.2.3 Padrão de Certificado Digital 12
3.2.4 Padrão da Assinatura Digital 12
3.2.5 Validação da Assinatura Digital pelo Ambiente Autorizador 14
3.2.6 Resumo dos Padrões Técnicos 15
3.3 Modelo Operacional 15
3.3.1 Serviços Síncronos 16
3.3.2 Serviços Assíncronos 17
3.3.3 Filas e Mensagens 18
3.4 Padrão de Mensagens dos WebServices 19
3.4.1 Área de dados das mensagens 19
3.4.2 Validação da estrutura XML das Mensagens dos WebServices 20
3.4.3 Schemas XML das Mensagens dos WebServices 20
3.5 Versão dos Schemas XML 21
3.5.1 Liberação das versões dos schemas para o COT 21
3.5.2 Correção de Pacote de Liberação 22
3.5.3 Divulgação de novos Pacotes de Liberação 22
3.5.4 Controle de Versão 22
3.6 Data e hora de emissão e outros horários 23
4 WebServices 24
4.1 Serviço de Recepção da Solicitação de Conformidade 25
4.1.1 Leiaute Mensagem de Envio 25
4.1.2 Leiaute Mensagem de Retorno 26
4.1.3 Processo de Recepção da Solicitação de Conformidade 26
4.1.4 Regras de Validação Básicas do Serviço 26
4.1.5 Validação da área de dados da mensagem 27
4.1.6 Validação das Regras de Negócio da Solicitação 28
4.1.7 Geração da Resposta com o Número da Solicitação 28
4.1.8 Descrição do Processamento de Solicitações de Conformidade 29
4.1.9 Avaliação e processamento das Regras de Conformidade 29
4.1.10 Resultado do Processamento Conformidade 29
4.2 Serviço de Consulta ao Resultado do Processamento de Conformidade 30
4.2.1 Leiaute Mensagem de Envio 30
4.2.2 Leiaute Mensagem de Retorno 30
4.2.3 Descrição do Processo de WebService 31

4.2.4 Regras de Validação Básicas do Serviço ... 31
4.2.5 Validação da área de dados da mensagem ... 32
4.2.6 Validação das Regras de Negócio do Retorno Recepção ... 33
4.2.7 Final do Processamento ... 33
5 Regras de Conformidade – Processamento e Avaliação ... 34
5.1 Validação da Assinatura Digital ... 34
5.1.1 Validações do Certificado de Assinatura ... 34
5.1.2 Validação da Assinatura Digital ... 34
5.2 Regras de Conformidade do Item da Nota Fiscal ... 34
5.2.1 Regras de Conformidade - descrição ... 34
5.2.2 Regras de Conformidade - detalhamento ... 35
5.2.3 Resultado da Avaliação de um Item da Nota Fiscal ... 38
5.3 Regras de Conformidade do Corpo da Nota Fiscal ... 38
5.4 Avaliação Geral da Nota Fiscal ... 38
5.4.1 Resultado da Avaliação da Nota Fiscal ... 38
5.4.2 Resultado da Avaliação da Nota Fiscal – fundamento utilizado ... 39
5.4.3 Selo de Conformidade – definição ... 39
5.4.4 Selo de Conformidade – regra de formação ... 39
5.4.5 Selo de Conformidade – grau ... 39
6 WebServices – Informações Adicionais ... 41
6.1 Ambiente de Homologação / Produção ... 41
6.1.1 Sobre as condições de teste para as empresas ... 41
6.2 Mensagens de Erro ... 41
6.3 Tratamento de caracteres especiais no texto de XML ... 42
6.4 Número da Solicitação de Conformidade ... 43
7 WebServices disponíveis ... 44
7.1 Ambiente de Homologação de Empresas ... 44
7.2 Ambiente de Produção ... 44

Controle de Versões

Versão	Publicação	Descrição
1.00	Maio/22	Versão inicial do MOC 1.00
1.00a	Maio/22	Atualização das regras de validação, data avaliação e correções de texto

Histórico de Alterações / Cronograma

Versão	Histórico de atualizações	Implantação Homologação	Implantação Produção
1.00	• Elaboração do MOC Solicitação de Conformidade	**06/2022**	**A definir**

1 Introdução

Este Manual tem por objetivo a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais da Secretaria de Fazenda / Receita Estadual e os sistemas das empresas participantes do projeto Compliance Tributário - COT.

2 Considerações Iniciais

O Projeto Piloto do Compliance Tributário está sendo desenvolvido pela Receita Estadual do Rio Grande do Sul em parceria com empresas do setor supermercadista do Estado e tem como objetivo desenvolver uma sistemática que garanta aos contribuintes maior certeza a respeito da correta aplicação da legislação tributária do ICMS, reduzindo, assim, a exposição das empresas a riscos fiscais relacionados à emissão de notas fiscais. O escopo inicial está restrito às notas fiscais de consumidor eletrônicas.

2.1 Conceitos

2.1.1 Compliance Tributário

O Compliance Tributário é uma solução baseada na inovação legal introduzida pela Lei 15.576/20, que introduziu o Art. 96-A à Lei 6.537/73 (ambas Leis Estaduais do RS). Nesta inovação, criou-se a figura do Termo de Conformidade Tributária, com base no qual a Receita Estadual pode celebrar acordos com contribuintes a respeito da adequada aplicação da legislação tributária (lato sensu) a fatos concretos. A versão inicial do Compliance Tributário estabelece, para um conjunto conhecido de mercadorias e apenas nas operações documentadas por meio de NFCe, os valores corretos de variáveis tributárias e dos campos calculados com base nelas. A relação dos campos validados para fins de Compliance Tributário e as respectivas regras de validação estão listados no item 5.2.2 deste manual.

3 Arquitetura de Comunicação com Contribuinte

3.1 Modelo Conceitual

O ambiente autorizador do COT irá disponibilizar os seguintes serviços:

a) Solicitação de Conformidade de uma Nota – Modelo assíncrono;
   1) Solicitação;
   2) Consulta do Processamento (Resultado da Avaliação de Conformidade);
b) Consulta da Situação de Conformidade de uma Nota – Modelo síncrono (implementação futura).

Para cada serviço oferecido existirá um WebService específico. O fluxo de comunicação é sempre iniciado pelo aplicativo do contribuinte através do envio de uma mensagem ao WebService com a solicitação do serviço desejado.

O WebService sempre devolve uma mensagem de resposta confirmando o recebimento da solicitação de serviço ao aplicativo do contribuinte na mesma conexão.

A solicitação de serviço poderá ser atendida na mesma conexão ou ser armazenada em filas de processamento nos serviços mais críticos para um melhor aproveitamento dos recursos de comunicação e de processamento das Secretarias de Fazenda Estaduais.

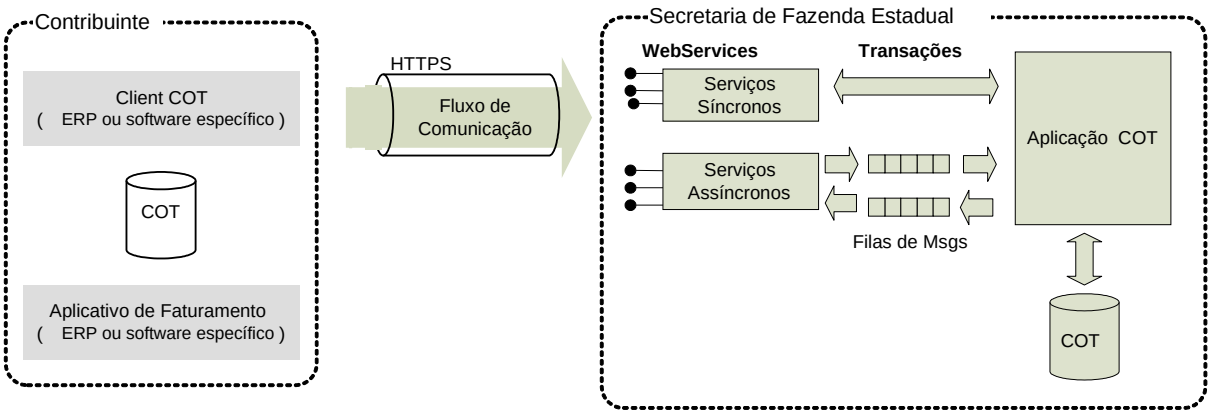
Os serviços podem ser síncronos ou assíncronos, em função da forma de processamento da solicitação de serviços:

a) **Serviços síncronos** – o processamento da solicitação de serviço é concluído na mesma conexão, com a devolução de uma mensagem contendo o resultado do processamento do serviço solicitado;

b) **Serviços assíncronos** – o processamento da solicitação de serviço não é concluído na mesma conexão, havendo a devolução de uma mensagem de resposta contendo recibo que tão somente confirma a recepção da solicitação de serviço. O aplicativo do contribuinte deverá realizar uma nova conexão para consultar o resultado do processamento do serviço solicitado anteriormente.

O diagrama a seguir ilustra o fluxo conceitual de comunicação entre o aplicativo do contribuinte e o Ambiente Autorizador:

Arquitetura de Comunicação – Visão Conceitual



3.2 Padrões Técnicos

3.2.1 Padrão de documento XML

a) Padrão de Codificação

A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml e a codificação dos caracteres será em UTF-8, assim todos os documentos XML serão iniciados com a seguinte declaração:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

OBS: Lembrando que cada arquivo XML somente poderá ter uma única declaração <?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>.

b) Declaração namespace

O documento XML deverá ter uma única declaração de namespace no elemento raiz do documento com o seguinte padrão:

```
<COT xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cot"> (exemplo para o XML do COT)
```

O uso de declaração namespace diferente do padrão estabelecido para o Projeto é vedado.

A declaração do namespace da assinatura digital deverá ser realizada na própria tag <Signature>, conforme exemplo abaixo.

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<enviCOT xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/COT" versao="1.00">
   <idSolic>200602220000001</idSolic>
   <COT xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/COT">
          <infCOT Id="COT43081808467115000100660010757245731000000010" versao="1.00">
                        ...
          <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
                        …
   </COT>
</enviCOT>
```

c) Prefixo de namespace

Não é permitida a utilização de prefixos de namespace. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML.

Assim, ao invés da declaração:

`<COT:COT xmlns:COT="http://www.portalfiscal.inf.br/COT">` (exemplo para o XML da Solicitação de Conformidade com prefixo COT deverá ser adotada a declaração:

```
<COT xmlns ="http://www.portalfiscal.inf.br/COT" >
```

d) Otimização na montagem do arquivo

Na geração do arquivo XML do COT, excetuados os campos identificados como obrigatórios no modelo (primeiro dígito da coluna de ocorrências do leiaute iniciada com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N), não deverão ser incluídas as TAGs de campos com conteúdo zero (para campos tipo numérico) ou vazio (para campos tipo caractere).

Na geração do arquivo XML do COT, deverão ser preenchidos no modelo apenas as TAGs de campos identificados como obrigatórios no leiaute ou os campos obrigatórios por força da legislação pertinente. Os campos obrigatórios no leiaute são identificados pelo primeiro dígito da coluna ocorrência ("Ocorr") que inicie com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N. Os campos obrigatórios por força da legislação pertinente devem ser informados, mesmo que no leiaute seu preenchimento seja facultativo.

A regra constante do parágrafo anterior deverá estender-se para os campos onde não há indicação de obrigatoriedade e que, no entanto, seu preenchimento torna-se obrigatório por estar condicionado à legislação específica ou ao negócio do contribuinte. Neste caso, deverá constar a TAG com o valor correspondente e, para os demais campos, deverão ser eliminadas as TAGs.

Para reduzir o tamanho final do arquivo XML do COT alguns cuidados de programação deverão ser assumidos:

- Não incluir "zeros não significativos" para campos numéricos;
- Não incluir "espaços" ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs) no início ou no final de campos numéricos e alfanuméricos;
- Não incluir comentários no arquivo XML;
- Não incluir anotação e documentação no arquivo XML (TAG annotation e TAG documentation);
- Não incluir caracteres de formatação no arquivo XML ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs).

e) Validação de Schema

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, o contribuinte deverá submeter o arquivo do COT e as demais mensagens XML para validação pelo Schema (XSD – XML Schema Definition), disponibilizado pelo Ambiente Autorizador, antes de seu envio.

3.2.2 Padrão de Comunicação

A comunicação entre o contribuinte e a Secretaria de Fazenda Estadual será baseada em WebServices disponíveis no Portal da Secretaria de Fazenda Estadual de circunscrição do contribuinte.

O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com o uso do protocolo TLS versão 1.2, com autenticação mútua, que além de garantir um duto de comunicação seguro na Internet, permite a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha.

O modelo de comunicação segue o padrão de WebServices definido pelo WS-I Basic Profile.

A troca de mensagens entre os WebServices do Ambiente Autorizador e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão SOAP versão 1.2, com troca de mensagens XML no padrão Style/Enconding: Document/Literal.

A chamada dos diferentes WebServices do Projeto COT é realizada com o envio de uma mensagem através do campo COTDadosMsg.

A resposta do processamento da requisição pela aplicação do ambiente autorizador será realizada através de uma mensagem XML através do campo COTResultMsg

Exemplo de uma mensagem requisição padrão SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
             xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema"
             xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
  <soap12:Body>
    <cotDadosMsg
             xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cot/wsdl/COTRecepcaoSolic">string</cotDadosMsg>
</soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

Exemplo de uma mensagem de retorno padrão SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
             xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema"
             xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
 <soap12:Body>
    <COTResultMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/COT/wsdl/COTRecepcaoSolic">xml</COTResultMsg>
</soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

3.2.3 Padrão de Certificado Digital

O certificado digital utilizado no Projeto de Compliance Tributário será emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP –Brasil, Tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ da pessoa jurídica titular do certificado digital no campo otherName OID = 2.16.76.1.3.3.

Os certificados digitais serão exigidos em 2 (dois) momentos distintos para o projeto:

a) **Assinatura de Mensagens:** O certificado digital utilizado para essa função deverá conter o CNPJ de um dos estabelecimentos da empresa emissora do documento eletrônico. Por mensagens, entenda-se: a Solicitação de Conformidade e eventuais arquivos XML que necessitem de assinatura. O certificado digital deverá ter o “uso da chave” previsto para a função de assinatura digital, respeitando a Política do Certificado.

b) **Transmissão** (durante a transmissão das mensagens entre o servidor do contribuinte e o Ambiente Autorizador): O certificado digital utilizado para identificação do aplicativo do contribuinte deverá conter o CNPJ do responsável pela transmissão das mensagens, mas não necessita ser o mesmo CNPJ do estabelecimento emissor do documento eletrônico, devendo ter a extensão Extended Key Usage com permissão de "Autenticação Cliente".

3.2.4 Padrão da Assinatura Digital

As mensagens enviadas ao Ambiente Autorizador são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e devem ser assinado digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ do estabelecimento matriz ou o CNPJ do estabelecimento emissor da solicitação de conformidade, objeto do pedido.

Os elementos abaixo estão presentes dentro do Certificado do contribuinte tornando desnecessária a sua representação individualizada no arquivo XML. Portanto, o arquivo XML não deve conter os elementos:

```
<X509SubjectName>
<X509IssuerSerial>
<X509IssuerName>
<X509SerialNumber>
<X509SKI>
```

Deve-se evitar o uso das TAGs relacionadas a seguir, pois as informações serão obtidas a partir do Certificado do emitente:

```
<KeyValue>
<RSAKeyValue>
<Modulus>
```

```
<Exponent>
```

O Projeto COT utiliza um subconjunto do padrão de assinatura XML definido pelo http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/, que tem o seguinte leiaute:

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
XS01	Signature	Raiz	-	-	-	-	
XS02	SignedInfo	G	XS01	-	1-1		Grupo da Informação da assinatura
XS03	CanonicalizationMethod	G	XS02	-	1-1		Grupo do Método de Canonicalização
XS04	Algorithm	A	XS03	C	1-1		Atributo Algorithm de CanonicalizationMethod: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315
XS05	SignatureMethod	G	XS02	-	1-1		Grupo do Método de Assinatura
XS06	Algorithm	A	XS05	C	1-1		Atributo Algorithm de SignedMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1
XS07	Reference	G	XS02	-	1-1		Grupo de Reference
XS08	URI	A	XS07	C	1-1		Atributo URI da tag Reference
XS10	Transforms	G	XS07	-	1-1		Grupo do algorithm de Transform
XS11	unique_Transf_Alg	RC	XS10	-	1-1		Regra para o atributo Algorithm do Transform ser único.
XS12	Transform	G	XS10	-	2-2		Grupo de Transform
XS13	Algorithm	A	XS12	C	1-1		Atributos válidos Algorithm do Transform: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315 http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature
XS14	XPath	E	XS12	C	0-N		XPath
XS15	DigestMethod	G	XS07	-	1-1		Grupo do Método de DigestMethod
XS16	Algorithm	A	XS15	C	1-1		Atributo Algorithm de DigestMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1
XS17	DigestValue	E	XS07	C	1-1		Digest Value (Hash SHA-1 – Base64)
XS18	SignatureValue	G	XS01	-	1-1		Grupo do Signature Value
XS19	KeyInfo	G	XS01	-	1-1		Grupo do KeyInfo
XS20	X509Data	G	XS19	-	1-1		Grupo X509
XS21	X509Certificate	E	XS20	C	1-1		Certificado Digital x509 em Base64

A assinatura do contribuinte na Solicitação de Conformidade será feita na TAG <infConf> identificada pelo atributo **Id**, cujo conteúdo deverá ser um identificador único (chave de acesso) precedido do literal 'COT' para a Solicitação de Conformidade, conforme leiaute descrito no Anexo I. O identificador único precedido do literal '#COT' deverá ser informado no atributo URI da TAG <Reference>. Para as demais mensagens a serem assinadas, o processo será o mesmo mantendo sempre um identificador único para o atributo **Id** na TAG a ser assinada. Segue um exemplo:

```
<enviConfSol xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cot">
    <infConf versao="1.00" Id=" COT43081808467115000100660010757245731000000010">
      ...
  </infConf>
  <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    <SignedInfo>
      <CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315"/>
      <SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
      <Reference URI="#COT43081808467115000100660010757245731000000010">
        <Transforms>
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature"/>
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315"/>
```

```
        </Transforms>
        <DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1"/>
        <DigestValue>vFL68WETQ+mvj1aJAMDx+oVi928=</DigestValue>
      </Reference>
    </SignedInfo>
    <SignatureValue>IhXNhbdL1F9UGb2ydVc5v/gTB/y6r0KIFaf5evUi1i ...</SignatureValue>
    <KeyInfo>
      <X509Data>
        <X509Certificate>MIIFazCCBFOgAwIBAgIQaHEfNaxSeOEvZGlVDANB ... </X509Certificate>
      </X509Data>
    </KeyInfo>
  </Signature>
</ enviConfSol>
```

Para o processo de assinatura, o contribuinte não deve fornecer a Lista de Certificados Revogados, já que a mesma será montada e validada no Ambiente Autorizador no momento da conferência da assinatura digital.

A assinatura digital do documento eletrônico deverá atender aos seguintes padrões adotados:

- **Padrão de assinatura:** "XML Digital Signature", utilizando o formato "Enveloped" (http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/);
- **Certificado digital:** Emitido por AC credenciada no ICP-Brasil (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#X509Data);
- **Cadeia de Certificação:** EndCertOnly (Incluir na assinatura apenas o certificado do usuário final);
- **Tipo do certificado:** A1 ou A3 (o uso de HSM é recomendado);
- **Tamanho da Chave Criptográfica:** Compatível com os certificados A1 e A3 (1024 bits);
- **Função criptográfica assimétrica:** RSA (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1);
- **Função de "message digest"**: SHA-1 (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1);
- **Codificação**: Base64 (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#base64);
- **Transformações exigidas**: Útil para realizar a canonicalização do XML enviado para realizar a validação correta da Assinatura Digital. São elas:
    (1) Enveloped (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature)
    (2) C14N (http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315)

3.2.5 Validação da Assinatura Digital pelo Ambiente Autorizador

Para a validação da assinatura digital, seguem as regras que serão adotadas pelo Ambiente Autorizador:

(1) Extrair a chave pública do certificado;
(2) Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;

(3) Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;
(4) Validar o uso da chave utilizada (Assinatura Digital) de tal forma a aceitar certificados somente do tipo A (não serão aceitos certificados do tipo S);
(5) Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;
(6) Adotar as regras definidas pelo RFC 3280 para LCRs e cadeia de confiança;
(7) Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;
(8) Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).

A forma de conferência da LCR pode ser feita de 2 (duas) maneiras: On-line ou Download periódico. As assinaturas digitais das mensagens serão verificadas considerando a lista de certificados revogados disponível no momento da conferência da assinatura.

3.2.6 Resumo dos Padrões Técnicos

Característica	Descrição
WebServices	Padrão definido pelo WS-I Basic Profile 1.1 (http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html).
Meio lógico de comunicação	WebServices, disponibilizados pelo AMBIENTE AUTORIZADOR (SEFAZ do Contribuinte ou SEFAZ Virtual)
Meio físico de comunicação	Internet
Protocolo Internet	TLS versão 1.2, com autenticação mútua através de certificados digitais.
Padrão de troca de mensagens	SOAP versão 1.2
Padrão da mensagem	XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.
Padrão de certificado digital	X.509 versão 3, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, do tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ do proprietário do certificado digital. Para assinatura de mensagens, utilizar o certificado digital de um dos estabelecimentos da empresa emissora de COT. Para transmissão, utilizar o certificado digital do responsável pela transmissão.
Padrão de assinatura digital	XML Digital Signature, Enveloped, com certificado digital X.509 versão 3, com chave privada de 1024 bits, com padrões de criptografia assimétrica RSA, algoritmo message digest SHA-1 e utilização das transformações Enveloped e C14N.
Validação de assinatura digital	Será validada além da integridade e autoria, a cadeia de confiança com a validação das LCRs.
Padrões de preenchimento XML	Campos não obrigatórios do Schema que não possuam conteúdo terão suas tags suprimidas no arquivo XML. Máscara de números decimais e datas estão definidas no Schema XML. Nos campos numéricos inteiro, não incluir a vírgula ou ponto decimal. Nos campos numéricos com casas decimais, utilizar o “ponto decimal” na separação da parte inteira.

3.3 Modelo Operacional

A forma de processamento das solicitações de serviços do Compliance Tributário pode ser síncrona, caso o atendimento da solicitação de serviço seja realizado na mesma conexão; ou assíncrona, quando o processamento do serviço solicitado não é atendido na mesma conexão, nesta situação,

torna-se necessária à realização de mais uma conexão para a obtenção do resultado do processamento.

As solicitações de serviços que exigem processamento intenso serão executadas de forma assíncrona e as demais solicitações de serviços de forma síncrona.

Assim, os serviços do COT serão implementados da seguinte forma:

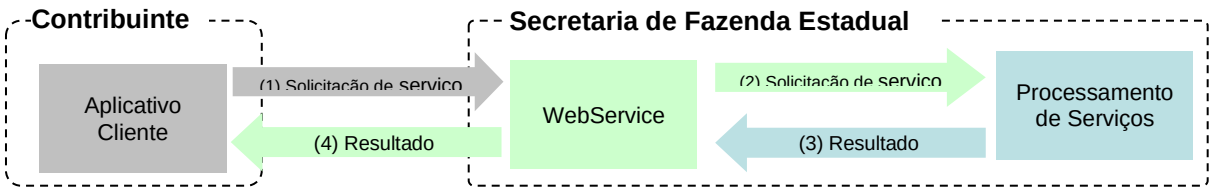
Serviço	Implementação
Solicitação de Compliance Tributário **Envio da Solicitação** **Envio de Solicitação** **Consulta dade Resposta (Resultado)**	Assíncrona

3.3.1 Serviços Síncronos

As solicitações de serviços de implementação síncrona são processadas imediatamente e o resultado do processamento é obtido em uma única conexão.

A seguir, o fluxo simplificado de funcionamento:

Serviço de Implementação Síncrona



Etapas do processo ideal:

(1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o WebService;

(2) O WebService recebe a mensagem de solicitação de serviço e encaminha ao aplicativo do COT que irá processar o serviço solicitado;

(3) O aplicativo do COT recebe a mensagem de solicitação de serviço e realiza o processamento, devolvendo uma mensagem de resultado do processamento ao WebService;

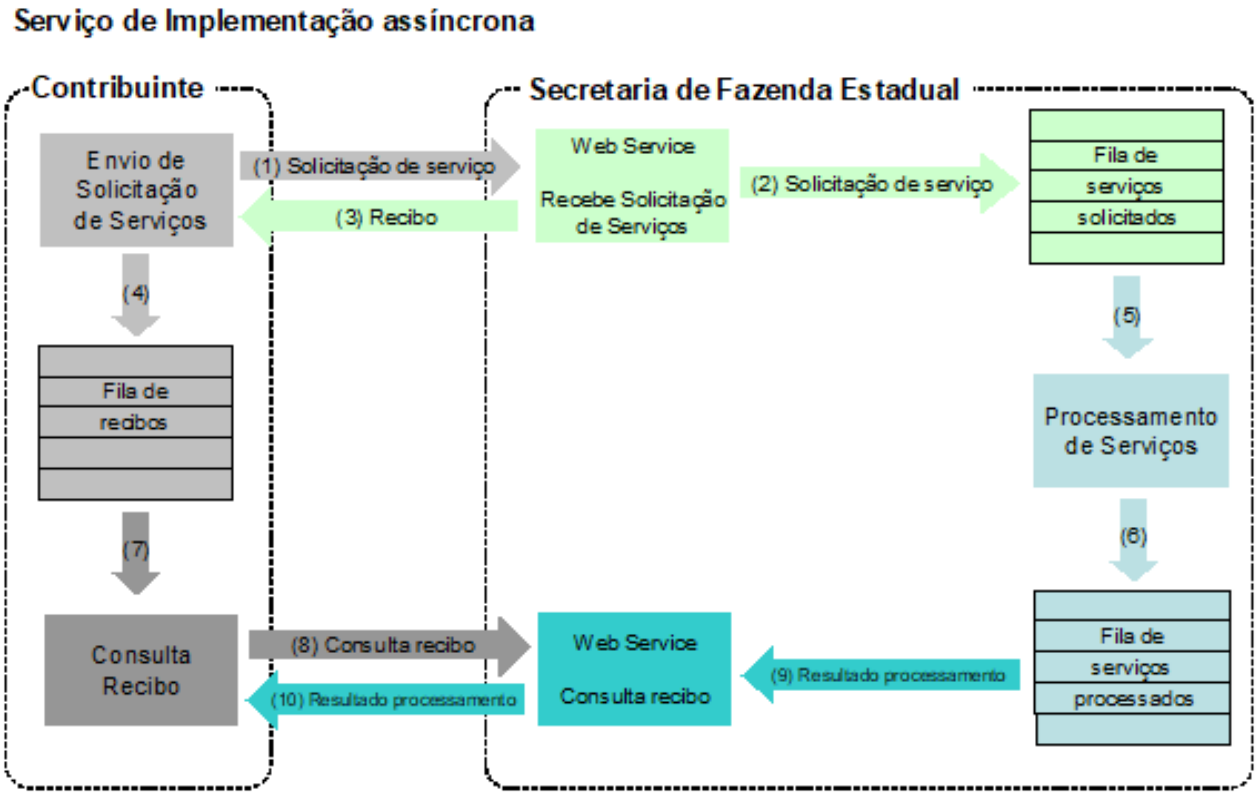
(4) O WebService recebe a mensagem de resultado do processamento e o encaminha ao aplicativo do contribuinte;

(5) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

3.3.2 Serviços Assíncronos

As solicitações de serviços de implementação assíncrona são processadas de forma distribuída por vários processos e o resultado do processamento somente é obtido na segunda conexão.

A seguir o fluxo simplificado de funcionamento:



Etapas do processo ideal:

(1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o WebService de recepção de solicitação de serviços;

(2) O WebService de recepção de solicitação de serviços recebe a mensagem de solicitação de serviço e a coloca na fila de serviços solicitados, acrescentando o CNPJ do transmissor obtido do certificado digital do transmissor;

(3) O WebService de recepção de solicitação de serviços retorna o número da solicitação de serviço e a data e hora de recebimento da mensagem no WebService;

(4) O aplicativo do contribuinte recebe o número da solicitação e o coloca na fila de recibos de serviços solicitados e ainda não processados e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão;

(5) Na Secretaria de Fazenda Estadual a solicitação de serviços é retirada da fila de serviços solicitados pelo aplicativo do COT;

(6) O serviço solicitado é processado pelo aplicativo do COT e o resultado do processamento é colocado na fila de serviços processados;

(7) O aplicativo do contribuinte retira um recibo da fila de recibos de serviços solicitados;

(8) O aplicativo do contribuinte envia uma consulta do número da solicitação, iniciando uma conexão com o WebService "Consulta ao Resultado do Processamento de Conformidade (cotConformidadeResultado)";

(9) O WebService "Consulta ao Resultado do Processamento de Conformidade" recebe a mensagem de consulta e localiza o resultado de processamento da solicitação de serviço;

(10) O WebService "Consulta ao Resultado do Processamento de Conformidade (cotConformidadeResultado)" devolve o resultado do processamento ao aplicativo contribuinte;

(11) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

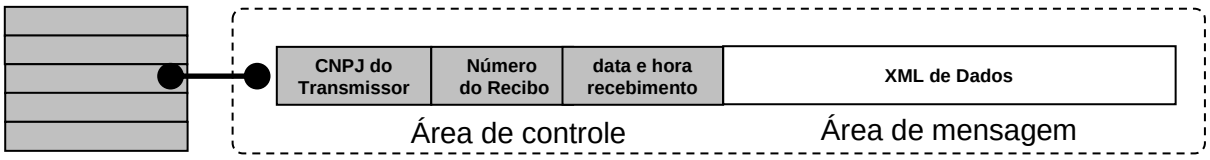
3.3.3 Filas e Mensagens

As filas de mensagens de solicitação de serviços são necessárias para a implementação do processamento assíncrono das solicitações de serviços.

As mensagens de solicitações de serviços no processamento assíncrono são armazenadas em uma fila de entrada.

Para ilustrar como as filas armazenam as informações, apresenta-se o diagrama a seguir:

Estrutura de um item da fila:



A estrutura de um item é composta pela área de controle (identificador) e pela área de detalhe que contém a mensagem XML. As seguintes informações são adotadas como atributos de controle:

CNPJ do transmissor: CNPJ da empresa que enviou a mensagem que não necessita estar vinculado ao CNPJ do estabelecimento emissor do COT. Somente o transmissor da mensagem terá acesso ao resultado do processamento das mensagens de solicitação de serviços;

Recibo de entrega: Número sequencial único atribuído para a mensagem pela Secretaria de Fazenda Estadual. Este atributo identifica a mensagem de solicitação de serviços na fila de mensagens;

Data e hora de recebimento da mensagem: Data e hora local do instante de recebimento da mensagem atribuída pela Secretaria de Fazenda Estadual. Este atributo é importante como parâmetro de desempenho do sistema, eliminação de mensagens, adoção do regime de contingência, etc. O tempo médio de resposta é calculado com base neste atributo;

Para processar as mensagens de solicitações de serviços, a aplicação do COT irá retirar a mensagem da fila de entrada de acordo com a ordem de chegada, devendo armazenar o resultado do processamento da solicitação de serviço em uma fila de saída.

A fila de saída terá a mesma estrutura da fila de entrada, a única diferença será o conteúdo do detalhe da mensagem que contém o resultado do processamento da solicitação de serviço em formato XML.

O tempo médio de resposta que mede o desempenho do serviço de processamento das solicitações é calculado com base no tempo decorrido entre o momento de recebimento da mensagem e o momento de armazenamento do resultado do processamento da solicitação de serviço na fila de saída.

Nota: O termo fila é utilizado apenas para designar um repositório de recibos emitidos. A implementação da fila poderá ser feita por meio de Banco de Dados ou qualquer outra forma, sendo transparente para o contribuinte que realizará a consulta do processamento efetuado (processos assíncronos).

3.4 Padrão de Mensagens dos WebServices

3.4.1 Área de dados das mensagens

A informação armazenada na área de dados <Body> da mensagem SOAP é um documento que deve atender o leiaute definido na documentação do WebService acessado.

Para os serviços a mensagem deverá utilizar XML sem compactação:

```
<soap12:Body>
<COTDadosMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/COT/wsdl/COTRecepcaoSolic">string</COTDadosMsg>
</soap12:Body>
```

A área referente ao SOAP Header não deverá ser informada.

3.4.2 Validação da estrutura XML das Mensagens dos WebServices

As informações são enviadas ou recebidas dos WebServices através de mensagens no padrão XML definido na documentação de cada WebService.

As alterações de leiaute e da estrutura de dados XML realizadas nas mensagens são controladas através da atribuição de um número de versão para a mensagem.

Um Schema XML é uma linguagem que define o conteúdo do documento XML, descrevendo os seus elementos e a sua organização, além de estabelecer regras de preenchimento de conteúdo e de obrigatoriedade de cada elemento ou grupo de informação.

A validação da estrutura XML da mensagem é realizada por um analisador sintático (parser) que verifica se a mensagem atende as definições e regras de seu Schema XML.

Qualquer divergência da estrutura XML da mensagem em relação ao seu Schema XML provoca um erro de validação do Schema XML.

A primeira condição para que a mensagem seja validada com sucesso é que ela seja submetida ao Schema XML correto.

Assim, o aplicativo do contribuinte deve estar preparado para gerar as mensagens no leiaute em vigor, devendo ainda informar a versão do leiaute da estrutura XML da mensagem na TAG correspondente em cada mensagem.

```
<COT xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/COT">
    <infCOT Id="COT43081808467115000100660010757245731000000010" versao="1.00">
     ….
   </infCOT>
</COT>
```

3.4.3 Schemas XML das Mensagens dos WebServices

Toda mudança de leiaute das mensagens dos WebServices implica na atualização do seu respectivo Schema XML.

A identificação da versão dos Schemas será realizada com o acréscimo do número da versão no nome do arquivo precedida da literal '_v', como segue:

Produto_v1.00.xsd (Schema XML do Produto, versão 1.00);
Geral_Tipos_COT_v1.00.xsd (Schema XML dos tipos do COT, versão 1.00).

A maioria dos Schemas XML do COT utilizam as definições de tipos básicos ou tipos complexos que estão definidos em outros Schemas XML (ex.: Geral_Tipos_COT_v1.00.xsd, etc.), nestes casos, a modificação de versão do Schema básico será repercutida no Schema principal.

Por exemplo, o tipo numérico de 15 posições com 2 decimais é definido no Schema Geral_Tipos_COT_v1.00.xsd, caso ocorra alguma modificação na definição deste tipo, todos os Schemas que utilizam este tipo básico devem ter a sua versão atualizada e as declarações “import” ou “include” devem ser atualizadas com o nome do Schema básico atualizado.

As modificações de leiaute das mensagens dos WebServices podem ser causadas por necessidades técnicas ou em razão da modificação de alguma legislação. As modificações decorrentes de alteração da legislação deverão ser implementadas nos prazos previstos na norma que introduziu a alteração. As modificações de ordem técnica serão divulgadas pela equipe de Gestão do Projeto, após alinhamento com os representantes das empresas e poderão ocorrer sempre que se fizerem necessárias.

3.5 Versão dos Schemas XML

3.5.1 Liberação das versões dos schemas para o COT

Os schemas válidos para a COT serão disponibilizados no sitio estadual do Projeto (em área específica no portal da Receita Estadual), e serão liberados após autorização da equipe de Gestão do Projeto mediante alinhamento prévio com os representantes das empresas.

A cada nova liberação de schema será disponibilizada um arquivo compactado contendo o conjunto de schemas a serem utilizados pelas empresas para a geração dos arquivos XML. Este arquivo será denominado “Pacote de Liberação” e terá a mesma numeração da versão do Manual de Orientações que lhe é compatível. Os pacotes de liberação serão identificados pelas letras “PL_COT”, seguida do número da versão do Manual de Orientações correspondente. Exemplificando: O pacote PL_COT_1.00.zip representa o “Pacote de Liberação” de schemas da COT compatíveis com o Manual de Orientações do Contribuinte – versão 1.00.

Os schemas XML das mensagens XML são identificados pelo seu nome, seguido da versão do respectivo schema.

Assim, “para o schema XML de “produto”, corresponderá um arquivo com a extensão “.xsd”, que terá o nome de “produto_*v9.99.xsd*”, onde v9.99, corresponde a versão do respectivo schema.

Para identificar quais os schemas que sofreram alteração em um determinado pacote liberado, deve-se comparar o número da versão do schema deste pacote com o do pacote anterior.

3.5.2 Correção de Pacote de Liberação

Em alguma situação pode surgir a necessidade de correção de um Schema XML por um erro de implementação de regra de validação, obrigatoriedade de campo, nome de tag divergente do definido no leiaute da mensagem, que não modifica a estrutura do Schema XML e nem exige a alteração dos aplicativos da SEFAZ ou dos contribuintes.

Nesta situação, divulgaremos um novo pacote de liberação com o Schema XML corrigido, sem modificar o número da versão do PL para manter a compatibilidade com o Manual de Orientações do Contribuinte vigente.

A identificação dos pacotes mais recentes se dará com o acréscimo de letras minúsculas do alfabeto, como por exemplo: COT_PL_1.00a.ZIP, indicando que se trata da primeira versão corrigida do COT_PL_1.00.ZIP.

3.5.3 Divulgação de novos Pacotes de Liberação

A divulgação de novos pacotes de liberação ou atualizações de pacote de liberação será realizada através da publicação de Notas Técnicas no portal da Receita Estadual, na área do COT (Compliance Tributário), com as informações necessárias para a implementação dos novos pacotes de liberação.

3.5.4 Controle de Versão

O controle de versão de cada um dos schemas válidos da Solicitação de Conformidade compreende uma definição sobre:

Qual a versão vigente (versão mais atualizada)?
Quais são as versões anteriores ainda serão suportadas pela Receita Estadual?

Este controle de versão permite a adaptação dos sistemas de informática das empresas participantes do projeto em diferentes datas. Ou seja, algumas empresas poderão estar com uma versão de leiaute mais atualizada, enquanto outras empresas poderão ainda estar operando com mensagens em um leiaute anterior.

Não estão previstas mudanças frequentes de leiaute de mensagens e as empresas deverão ter um prazo razoável para implementar as mudanças necessárias, conforme acordo operacional a ser estabelecido.

Mensagens recebidas com uma versão de leiaute não suportada serão rejeitadas com uma mensagem de erro específica na versão do leiaute de resposta mais recente em uso.

3.6 Data e hora de emissão e outros horários

Todos os campos que representam Data e Hora no leiaute das mensagens do COT seguem o formato UTC completo com a informação do TimeZone. Este tipo de representação de dados é tecnicamente adequado para a representação do horário para um País com dimensões continentais como o Brasil.

Serão aceitos os horários de qualquer região do mundo (faixa de horário UTC de -11 a +12) e não apenas as faixas de horário do Brasil.

Exemplo: no formato UTC para os campos de Data-Hora, "TZD" pode ser -02:00 (Fernando de Noronha), -03:00 (Brasília) ou -04:00 (Manaus), no horário de verão serão -01:00, -02:00 e -03:00. Exemplo: "2010-08-19T13:00:15-03:00".

4 WebServices

Os WebServices disponibilizam os serviços que serão utilizados pelos aplicativos dos contribuintes. O mecanismo de utilização dos WebServices segue as seguintes premissas:

a) Será disponibilizado um WebService por serviço, existindo um método para cada tipo de serviço;
b) Para os serviços assíncronos, o método de envio retorna uma mensagem de confirmação de recebimento da solicitação de serviço com o recibo e a data e hora local de recebimento da solicitação ou retorna uma mensagem de erro.
c) No recibo da Solicitação de Conformidade, será informado o tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 (cinco) minutos.
d) Para os serviços síncronos, o envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão por meio de um único método.
e) O processo de utilização dos WebServices sempre é iniciado pelo contribuinte enviando uma mensagem nos padrões XML e SOAP, através do protocolo TLS com autenticação mútua.
f) A ocorrência de qualquer erro na validação dos dados recebidos interrompe o processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro.

4.1 Serviço de Recepção da Solicitação de Conformidade

O Serviço de Recepção da Solicitação de Conformidade é o serviço oferecido pela Receita Estadual para recepção das solicitações de conformidade para os contribuintes credenciados no Rio Grande do Sul em que ocorre a opção do contribuinte de aproveitar a infraestrutura de autorização e submeter conjuntos de notas em uma mesma conexão.

A forma de processamento do serviço de recepção da solicitação de conformidade é assíncrona. O contribuinte deve transmitir a solicitação do WebService de recepção e buscar o resultado do processamento no WebService de consulta do resultado do processamento da conformidade.

Função: serviço destinado à recepção de mensagens de solicitação de conformidade de documentos eletrônicos.

Processo: assíncrono.

Método: cotConformidadeSolic

Parâmetro da Mensagem da área de dados: XML sem compactação

4.1.1 Leiaute Mensagem de Envio

Entrada: Estrutura XML com a solicitação de conformidade
Schema XML: ConformidadeSolic_Envio_COT_v9.99

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
AE01	**enviConfSol**	**Raiz**	**-**	**-**	**-**	**-**	**TAG raiz**
AE02	**infConf**	**G**	**AE01**		**1-1**		**Grupo que contém as informações da solicitação de conformidade**
AE03	versao	A	AE02	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
AE04	Id	E	AE02	N	1-1	47	Identificador da TAG a ser assinada. Informar a Chave de Acesso precedida do literal 'COT',
AE05	tpAmb	E	AE02	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
AE06	chDFE	E	AE02	N	1-1	44	Chave de acesso do documento eletrônico (NFC-e)
AE07	nProt	E	AE02	N	1-1	15	Número do protocolo de autorização de uso do documento eletrônico (NFC-e)
AE08	tpVal	C	AE02	-	1-1	-	Tipo de Avaliação. Indica se todos os itens da nota serão avaliados ou se apenas alguns itens (a critério do contribuinte) serão submetidos à avaliação.
AE09	indTotal	E	AE08	C	1-1	1	Solicita a avaliação de todos os itens da nota fiscal S=Sim
AE10	indParcial	G	AE08	-	1	-	Solicita a avaliação parcial de determinados itens da nota fiscal.
AE11	nItem	E	AE10	N	1-990	3	Lista com a relação dos itens da nota para os quais o contribuinte solicita a avaliação de conformidade.
AE99	**Signature**	**G**	**AE01**	**G**	**1-1**	**-**	**Assinatura XML da solicitação de conformidade segundo o padrão XML Digital Signature**

4.1.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com a mensagem do resultado do envio da transmissão da Solicitação de Resposta
Schema XML: ConformidadeSolic_Retorno_COT_v9.99

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
AR01	retConfSol	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz do Retorno
AR02	versao	A	AR01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
AR03	tpAmb	E	AR01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
AR04	cUF	E	AR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu à solicitação.
AR06	cStat	E	AR01	N	1-1	3	Código do status da resposta
AR07	xMotivo	E	AR01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta
AR08	infSol	G	AR01	-	0-1	-	Dados da Solicitação (Só é gerado se a Solicitação for aceita)
AR09	nSol	E	AR08	N	1-1	15	Número da Solicitação, gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, composto por duas posições com o Código da UF (codificação do IBGE) onde foi entregue a Solicitação de Conformidade, e uma posição para o Tipo de Autorizador e doze posições numéricas sequenciais
AR10	dhRecbto	E	AR08	D	1-1	-	Data e Hora do Recebimento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD Preenchido com data e hora do recebimento da Solicitação de Conformidade.

As mensagens recebidas com erro geram uma mensagem de erro. Nas demais hipóteses, retornar-se um número da solicitação, com data e hora local de recebimento.

O número do da solicitação gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual será a chave para a consulta posterior ao serviço que disponibiliza o resultado do processamento da Solicitação de Conformidade.

4.1.3 Processo de Recepção da Solicitação de Conformidade

Este método será responsável por receber as mensagens de solicitação de Conformidade e colocá-las em uma fila de entrada para posterior processamento delas.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.1.4 Regras de Validação Básicas do Serviço

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo TLS)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Se informado, Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.

A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrada na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo **TLS** e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam “ICP-Brasil” no repositório de certificados digitais do servidor de *WebService* da SEFAZ.

Validação Inicial da Mensagem no WebService				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 1024 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Obrig.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço de processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço de processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (1024 KB) A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 1024 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no *firewall*). No caso de o controle de tamanho ser implementado por aplicativo teremos a devolução da mensagem de erro 214.

O Ambiente Autorizador que mantêm o *WebService* disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverá implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o *WebService* não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

4.1.5 Validação da área de dados da mensagem

Validações de Forma Aplicadas ao Processo de Solicitação de Conformidade				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
C01	Verificar Schema XML da Área de Dados	Obrig.	225	Rej.
C02	Verificar a existência de qualquer namespace diverso do namespace padrão do projeto (http://www.portalfiscal.inf.br/cot)	Obrig.	598	Rej.
C03	Verificar a existência de caracteres de edição no início ou fim da mensagem ou entre as tags	Obrig.	599	Rej.
C04	Verificar o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
C05	Verificar se o XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.
C06	Verificar se versão do XML é suportado	Obrig.	239	Rej.

A existência de qualquer erro na validação de forma da área de dados implica na rejeição da solicitação.

4.1.6 Validação das Regras de Negócio da Solicitação

Validações das Regras de Negócio da Solicitação				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
	Validações Gerais			
F01	Tipo do ambiente da solicitação difere do ambiente do WebService	Obrig.	252	Rej.
F02	Código da UF da Chave de Acesso informada difere da UF Autorizadora	Obrig.	226	Rej.
F03	Campo "ID" inválido: - Falta literal "COT" - Chave de acesso do campo ID difere da nota a ser avaliada	Obrig.	227	Rej.
F04	Verificar se Ano da chave de acesso é inferior a 2022	Obrig.	421	Rej.
F05	Dígito Verificador inválido da Chave de acesso	Obrig.	253	Rej.
	Validações do Emitente			
F06	CNPJ-Base do Emitente não credenciado para solicitar conformidade	Obrig.	203	Rej.
	Validações do Banco de Dados			
F08	Acessar BD NFC-e (Chave de Acesso): - Verificar se documento existe na base da SEFAZ autorizadora	Obrig.	206	Rej.
F09	Verificar se a versão do XML da nota fiscal (NFC-e) é suportada pelo processo de conformidade	Obrig.	207	Rej.
F10	Verificar se o Protocolo de Autorização de Uso informado na Solicitação é igual ao do Protocolo de Autorização de Uso da Nota	Obrig.	209	Rej.
F11	Verificar se a chave de acesso informada é de um documento que está autorizado e não cancelado	Obrig.	228	Rej
F12	Verificar se já existe conformidade concedida para a NFC-e - Não é permitido fazer uma nova solicitação de conformidade, caso o documento fiscal já tenha sido avaliado anteriormente.	Obrig.	210	Rej
F13	Para o Tipo de Avalição Parcial - Validar se o item é válido para a Chave de Acesso informada e se o GTIN correspondente foi informado e diferente de *"Sem GTIN"*	Obrig.	212	Rej.
F14	Verificar se a solicitação está dentro do prazo de até 30 dias após a Data de Autorização da NF	Obrig.	217	Rej.

4.1.7 Geração da Resposta com o Número da Solicitação

Não existindo qualquer problema nas validações, o aplicativo deverá gerar um número de solicitação e gravar a mensagem juntamente com o CNPJ do transmissor, versão da mensagem e o código da UF de origem.

Após a gravação da mensagem na fila de entrada, será retornada uma mensagem de confirmação de recebimento para o transmissor, com as seguintes informações:

- Identificação do ambiente;
- O código 103 e o literal "Solicitação recebida com Sucesso";
- O código da UF que atendeu à solicitação;
- O número da solicitação, com data, hora e local de recebimento da mensagem;

Caso ocorra algum problema de validação, o aplicativo deverá retornar uma mensagem com as seguintes informações:

- A identificação do ambiente;
- O código e a respectiva mensagem de erro;
- O código da UF que atendeu à solicitação;

4.1.8 Descrição do Processamento de Solicitações de Conformidade

O processamento das Solicitações de Conformidade recepcionado é realizado pelo Servidor de Processamento de Conformidade, que consome as mensagens armazenadas na fila de entrada pelo método cotConformidadeSolic. Este método faz a avaliação da conformidade para o documento fiscal e armazena o resultado do processamento na fila de saída.

4.1.9 Avaliação e processamento das Regras de Conformidade

O processamento e as regras de conformidade que serão aplicadas ao documento fiscal solicitado estão descritas no item 5 deste Manual.

4.1.10 Resultado do Processamento Conformidade

O resultado do processamento estará disponível na fila de Retorno e conterá o resultado da validação de da Solicitação de Conformidade. O resultado do processamento deve ficar disponível na fila de Retorno por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2 Serviço de Consulta ao Resultado do Processamento de Conformidade

Serviço que deverá ser utilizado pelo emitente para obter o resultado do processamento da Solicitação de Conformidade enviado ao serviço de recepção assíncrono (item 4.1).

Função: serviço destinado a devolver o resultado do processamento da Solicitação de Conformidade.

Processo: síncrono.

Método: cotConformidadeResultado

Parâmetro da Mensagem da área de dados: XML sem compactação

4.2.1 Leiaute Mensagem de Envio

Entrada: Estrutura XML contendo o número do recibo que identifica a mensagem de envio da Solicitação da resposta.
Schema XML: ConformidadeProc_Envio_COT_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
BE01	**enviConfProc**	**Raiz**	**-**	**-**	**-**	**-**	**TAG raiz**
BE02	versao	A	BE01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
BE03	tpAmb	E	CP01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
BE04	nSol	E	CP01	N	1-1	15	Número da Solicitação de Conformidade. Este número foi gerado quando do envio da solicitação.

4.2.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com o resultado do processamento da solicitação da resposta.
Schema XML: ConformidadeResp_Envio_COT_v1.00.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
BR01	retConfProc	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz do Retorno do Processamento
BR02	versao	A	BR01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
BR03	tpAmb	E	BR01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
BR04	cUF	E	BR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu à solicitação
BR05	nSol	E	BR01	N	1-1	15	Número da Solicitação informada
BR06	cStat	E	BR01	N	1-1	3	Código do status da resposta
BR07	xMotivo	E	BR01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta
BR08	resp	G	BR01	-	0-1	-	Resposta do processamento da conformidade
BR09	chDFE	E	BR08	N	1-1	44	Chave de acesso do documento eletrônico (NFC-e)
BR10	item	G	BR08	-	1-990		Avaliação de conformidade dos itens da nota
BR11	nItem	E	BR10	N	1-1	3	Número do item na nota
BR12	valid	G	BR10	-	0-500	-	Relação das validações (conformidades) efetuadas para o item da nota
BR13	cRegra	E	BR12	N	1-1	5	Código da Regra de Conformidade avaliada
BR14	xRegra	E	BR12	C	1-1	50	Descrição da Regra de Conformidade avaliada

BR15	cStatRegra	E	BR12	N	1-1	1	Status que indica o resultado da validação para a regra 0=Não OK. Com erro. 1=OK
BR16	cStatItem	E	BR10	N	1-1	1	Status que indica o resultado da avaliação de conformidade para o item da nota. 0=Item com não conformidade 1=Item em conformidade 8=Item não avaliado por solicitação do contribuinte 9=Item não avaliado pela SEFAZ
BR17	avlGeral	G	BR08	-	1-1	-	Avaliação Geral da Nota
BR18	cStatNota	E	BR17	N	1-1	1	Status que indica o resultado da avaliação de conformidade para o documento fiscal 0=Não conformidade 1=Em conformidade 9=Não avaliada pela SEFAZ
BR19	selo	G	BR17	-	0-1	-	Selo de Conformidade
BR20	nSelo	E	BR19	N	1-1	15	Número do Selo de Conformidade
BR21	grau	G	BR19	-	1-1	-	Grau da conformidade
BR22	cGrau	E	BR21	C	1-1	1	Código do Grau T=Total.Todos os itens da nota estão em conformidade P=Parcial. Alguns itens da nota estão em conformidade. Os demais não foram avaliados
BR23	nItem	E	BR21	N	1-990	3	Lista com a relação dos itens da nota que foram avaliados e considerados OK. Um item não relacionado indica que o mesmo não foi avaliado.
BR24	dhAval	E	BR17	D	1	-	Data e hora da avaliação de conformidade, no formato AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD. Deve ser preenchida com data e hora da gravação da avaliação no Banco de Dados da SEFAZ

4.2.3 Descrição do Processo de WebService

Este método oferece a consulta do resultado do processamento da Solicitação de Conformidade.

O aplicativo do Contribuinte deve ser construído de forma a aguardar um tempo mínimo de 60 segundos entre o envio da solicitação e a consulta do resultado deste processamento, evitando a obtenção desnecessária do status de erro 105 – “Arquivo em Processamento”.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem:

4.2.4 Regras de Validação Básicas do Serviço

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo TLS)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Se informado, Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verificar a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ	Obrig.	283	Rej.

	- Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado			
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo **TLS** e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam “ICP-Brasil” no repositório de certificados digitais do servidor de *WebService* da SEFAZ.

Validação Inicial da Mensagem no WebService				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 1024 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Obrig.	243	Rej.
B03	Verificar se o Serviço de processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verificar se o Serviço de processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (1024 Kb). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 1024 Kb. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

O Ambiente Autorizador que mantêm o WebService disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverá implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o WebService não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

4.2.5 Validação da área de dados da mensagem

Validações de Forma Aplicadas a área de dados				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
C01	Verificar Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
C02	Verificar a existência de qualquer namespace diverso do namespace padrão do projeto (http://www.portalfiscal.inf.br/cot)	Obrig.	598	Rej.
C03	Verificar a existência de caracteres de edição no início ou fim da mensagem ou entre as tags	Obrig.	599	Rej.
C04	Verificar o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
C05	Verificar se o XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.
C06	Verificar se a versão do XML é suportada	Obrig.	239	Rej.

4.2.6 Validação das Regras de Negócio do Retorno Recepção

Validações das Regras de Negócio da Consulta Recibo				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
G01	Tipo do ambiente informado difere do ambiente do WebService	Obrig.	252	Rej.
G02	UF do recibo difere da UF do WebService	Obrig.	248	Rej.
G04	Verificar se a solicitação de conformidade existe	Obrig.	106	Rej.
G05	Verificar se a solicitação de conformidade já foi processada	Obrig.	105	Rej.
G07	CNPJ-Base do transmissor da solicitação difere do CNPJ-Base do transmissor da consulta	Obrig.	224	Rej

4.2.7 Final do Processamento

A mensagem de retorno poderá ser:

- **Arquivo processado** – cStat = 104, com o resultado do processamento da solicitação;
- **Arquivo em processamento** – cStat = 105, contribuinte deverá fazer uma nova consulta;
- **Arquivo não localizado** – cStat = 106, contribuinte deverá providenciar o reenvio da mensagem;
- **Recibo ou CNPJ do requisitante com problemas** – cStat = 252, 248 ou 224, contribuinte deverá sanar o problema;

5 Regras de Conformidade – Processamento e Avaliação

As regras descritas a seguir, aplicam-se a cada uma das Solicitações de Conformidade enviadas pelo contribuinte para a avaliação de conformidade.

5.1 Validação da Assinatura Digital

5.1.1 Validações do Certificado de Assinatura

Validações do Certificado utilizado na Assinatura Digital da Solicitação				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
D01	Certificado de Assinatura Inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem - Versão difere “3” - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define “Autenticação Cliente”	Obrig.	290	Rej.
D02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
D03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
D04	Verificar a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.
D05	LCR do Certificado de Assinatura - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - Erro no acesso à LCR	Obrig.	296	Rej.
D06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
D07	Certificado Raiz difere da “ICP-Brasil”	Obrig.	295	Rej.

5.1.2 Validação da Assinatura Digital

Validações da Assinatura Digital da Solicitação				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
E01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo “ID” (falta “Reference URI” na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os “Transform Algorithm” previstos na assinatura (“C14N” e “Enveloped”) Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
E02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
E03	CNPJ-Base do Emitente (informado na chave de acesso) difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.

5.2 Regras de Conformidade do Item da Nota Fiscal

5.2.1 Regras de Conformidade - descrição

As Regras de Conformidade para o(s) item(ns) da nota fiscal compreendem um conjunto de validações, à critério da Secretaria da Fazenda, que será aplicado a cada um dos mesmos.

O contribuinte indica na solicitação o tipo de avaliação desejada para os itens constantes no documento fiscal. São essas as opções:

- **Total** – todos os itens da nota fiscal serão avaliados.
- **Parcial** –serão avaliados, pela SEFAZ, somente os itens da nota fiscal que forem indicados pelo contribuinte na solicitação.

5.2.2 Regras de Conformidade - detalhamento

Cada uma das validações efetuadas é denominada de **Regra de Conformidade**. São identificadas por um código, possuem uma função, uma descrição de qual a validação é passível de aplicação e uma classe. Também é detalhada a ordem de execução (precedência) dessas regras.

Regras de Conformidade aplicadas ao Item da Nota				
#	**Regra de Conformidade**	**Função / Qual Validação é Efetuada**	Ordem	Classe
I0001	CST	**Validar CST – Código de Situação Tributária** - CST informado na nota deve ser igual ao da tabela de critérios de conformidade definido para o GTIN.	1	A
I0002	% Redução BC ICMS	**Validar percentual de redução da base de cálculo do ICMS** - Se o CST = 20 Percentual informado na nota deve ser igual ao da tabela de critérios de conformidade definido para o GTIN. - Se CST diferente de 20 Considerar correta essa regra	2	A
I0003	Alíquota ICMS	**Validar alíquota ICMS** - Se CST 00 ou 20 Alíquota informada na nota deve ser igual à da tabela de critérios de conformidade definida para o GTIN. - Se CST diferente de 00 ou 20 Considerar correta essa regra	3	A
I0004	Alíquota FCP ICMS	**Validar alíquota FCP – Fundo do Combate à Pobreza** - Se CST 00 ou 20 Alíquota informada na nota (campo pFCP) deve ser igual à da tabela de critérios de conformidade definida para o GTIN. A não informação do campo pFCP é equivalente à sua informação com valor 0,00. - Se CST diferente de 00 ou 20 Considerar correta essa regra	4	A
I0005	Valor BC ICMS do item	**Calcular e Validar o valor da base de cálculo do ICMS do item** - Se CST 00 ou 20 O valor é calculado pela fórmula Valor BC ICMS = (valor bruto do produto (vProd) + valor do frete (vFrete) + valor do seguro (vSeg) + valor outras despesas (vOutro) - valor do desconto (vDesc)) * (percentual redução BC (obtido da tabela de critérios) / 100) A não informação de qualquer um dos campos da fórmula é equivalente à sua informação com valor 0,00 Verificar se há igualdade entre o resultado da fórmula e o campo vBC informado na nota. - Se CST diferente de 00 ou 20 Considerar correta essa regra.	5	C
I0006	Valor ICMS do item	**Calcular e Validar de valor ICMS do item** - Se CST 00 ou 20 O valor é calculado pela fórmula: Valor ICMS = valor BC ICMS (calculado no item anterior) * (alíquota ICMS (tabela) / 100) Verificar se há igualdade entre o resultado da fórmula e o campo vICMS informado na nota. - Se CST diferente de 00 ou 20 Considerar correta essa regra.	6	C

I0007	Valor BC ICMS FCP do item	**Calcular e Validar o valor da base de cálculo do ICMS do Fundo de Combate à Pobreza do item** - Se CST = 20 e pFCP informado e pFCP > 0,00 O valor é calculado pela fórmula: Valor BC ICMS FCP = (valor bruto do produto (vProd) + valor do frete (vFrete) + valor do seguro (vSeg) + valor outras despesas (vOutro) - valor do desconto (vDesc)) * (percentual redução BC (obtido da tabela de critérios) / 100) A não informação de qualquer um dos campos da fórmula é equivalente à sua informação com valor 0,00 Verificar se há igualdade entre o resultado da fórmula e o campo vBCFCP informado na nota. - Se CST diferente de 20 ou pFCP = 0,00 ou pFCP não informado Considerar correta essa regra.	7	C
I0008	Valor FCP ICMS do item	**Calcular e Validar de valor FCP ICMS do item** - O valor é calculado pela fórmula: Se CST = 00 Valor FCP ICMS = Valor BC ICMS (obtido em I0005) * (alíquota FCP (obtido da tabela de critérios) / 100) Se CST = 20 Valor FCP ICMS = Valor BC ICMS FCP(obtido em I0007) * (alíquota FCP (obtido da tabela de critérios) / 100) Verificar se há igualdade entre o resultado da fórmula e o campo vFCP informado na nota. - Se CST diferente de 00 ou 20 Considerar correta essa regra.	8	C

A coluna Classe identifica a categoria de validação efetuada, podendo assumir os valores:

- **A = Aproximação de Valores** – Tem como objetivo validar a classificação ou conteúdo do campo, considerando o GTIN do item. A tabela de domínio com os campos e seus respectivos valores constam da tabela descrita no item 5.1.2.

- **C = Cálculo de Valores –** Tem como objetivo validar o correto cálculo de um determinado campo da nota, conforme o cálculo descrito.

Essas regras de conformidade são aplicadas a cada um dos itens da nota fiscal, e o resultado da avaliação poderá ter os seguintes valores:

- **0-Não OK** – indica que foi encontrado erro para a regra aplicada;
- **1-OK** –indica que que o campo ou valor avaliado está de acordo com a regra específica.

A validação das regras será executada respeitando ordem de precedência indicada na coluna “Ordem” da tabela anterior.

A avaliação de regras para um item do documento fiscal será interrompida caso seja encontrado o primeiro erro de validação. Na hipótese de a nota possuir mais itens, o processo de avaliação processará a validação dos itens subsequentes.

5.2.3 Resultado da Avaliação de um Item da Nota Fiscal

Ao final da avaliação de um item da nota fiscal, será indicado em campo específico (cStatItem), o código com o resultado da avaliação de conformidade de um item, podendo assumir os seguintes valores:

Status Item	Significado	Descrição
0	Item com não conformidade	Foi encontrado erro na aplicação de alguma regra.
1	Item em conformidade	Não foi encontrado erro nas regras aplicadas pela SEFAZ.
8	Item não avaliado por solicitação do contribuinte	O contribuinte solicitou que este item não fosse submetido às validações das regras de conformidade.
9	Item não avaliado pela SEFAZ	A SEFAZ não avaliou esse item da nota. Esta situação pode ocorrer quando a SEFAZ ainda não cadastrou critérios de conformidade para um determinado produto ou mercadoria.

5.3 Regras de Conformidade do Corpo da Nota Fiscal

No momento, não temos definido regras de conformidade para o corpo da nota fiscal. Implementação futura.

5.4 Avaliação Geral da Nota Fiscal

5.4.1 Resultado da Avaliação da Nota Fiscal

Após o processamento de todas as regras de conformidade e a validação de cada um dos itens da nota fiscal, é atribuído um conceito (status) geral para o documento, indicando o resultado da avaliação como um todo. Será expresso no campo cStatNota, podendo assumir os seguintes valores:

Status Nota	Significado	Descrição
0	Não conformidade	Foi encontrado erro na aplicação de alguma regra.
1	Em conformidade	Não foi encontrado erro nas regras aplicadas pela SEFAZ.
9	Não avaliado pela SEFAZ	A SEFAZ não possui critérios, no momento, que permitam a avaliação da nota. Esta situação pode ocorrer, por exemplo, quando a SEFAZ ainda não cadastrou critérios de conformidade para o conjunto de produtos ou mercadorias do documento.

5.4.2 Resultado da Avaliação da Nota Fiscal – fundamento utilizado

A seguir é descrito o fundamento utilizado para a atribuição do conceito geral (status) da nota:

Status	Significado	Fundamento Utilizado
0	Não conformidade	A simples ocorrência de qualquer erro em qualquer regra atribui esta classificação para o documento.
1	Em conformidade	Para obter esta classificação é necessário: a) todas as regras de validação aplicadas receberem a validação = OK, ou: b) todos os itens da nota receberem a classificação "1=em conformidade", ou; c) ao menos 1 item da nota receber a classificação "1=em conformidade", e os demais itens receberem a classificação "8= Item não avaliado por solicitação do contribuinte" ou "9= Item não avaliado pela SEFAZ".
9	Não avaliado pela SEFAZ	Para obter esta classificação é necessário que todos os itens da nota recebam somente os seguintes status: a) 8= Item não avaliado por solicitação do contribuinte, ou; b) 9= Item não avaliado pela SEFAZ.

5.4.3 Selo de Conformidade – definição

O selo de conformidade é gerado pelo Ambiente Autorizador para identificar univocamente as transações que concederam a conformidade à um documento fiscal.

5.4.4 Selo de Conformidade – regra de formação

A regra de formação do número do selo de conformidade é:

9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Tipo de Autorizador	Código UF		Ano		Sequencial de 10 posições									

- 1 posição com o Tipo de Autorizador (1 = SEFAZ Autorizadora; 3 = SEFAZ Virtual RS);
- 2 posições para o código da UF do IBGE;
- 2 posições para o ano;
- 10 posições numéricas sequenciais no ano.

5.4.5 Selo de Conformidade – grau

Junto ao selo é atribuído um grau de conformidade, baseado no seguinte critério:

Grau	Significado	Fundamento Utilizado
T	Total	Todos os itens da nota fiscal foram avaliados e estão em conformidade.
P	Parcial	O contribuinte solicitou a avaliação parcial dos itens.

		E o resultado da avaliação da nota fiscal recebeu o status = 1 “Em conformidade”.

.

Também é fornecida uma relação dos itens da nota que foram avaliados e que que estão em conformidade. Um item que, porventura, não conste nessa relação indica que não foi avaliado pela SEFAZ.

6 WebServices – Informações Adicionais

6.1 Ambiente de Homologação / Produção

O Ambiente Autorizador Nacional deverá manter dois ambientes para recepção de Solicitação de Conformidade. O ambiente de homologação é específico para a realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema do contribuinte.

A Solicitação de Conformidade no ambiente de produção fica condicionada à prévia aprovação das equipes de TI e de negócios da própria empresa, que deverá avaliar a adequação, comportamento e performance de seu sistema no ambiente de homologação. Uma vez aprovados os testes em homologação, pode o contribuinte habilitar-se ao ambiente de produção.

6.1.1 Sobre as condições de teste para as empresas

O ambiente de homologação deve ser usado para que as empresas possam efetuar os testes necessários nas suas aplicações, antes de passar a consumir os serviços no ambiente de produção.

Em relação à massa de dados para que os testes possam ser efetuados, lembramos que podem ser geradas solicitações no ambiente de homologação a critério da empresa (sem valor fiscal).

Testes no ambiente de produção, quando liberado este ambiente, por falha da aplicação da empresa podem disparar os mecanismos de controle de uso indevido, causando bloqueios administrativos na utilização dos serviços.

6.2 Mensagens de Erro

Tabela de códigos de erros e descrições das mensagens de erro específicas da Solicitação de Conformidade.

CÓDIGO	RESULTADO DO PROCESSAMENTO DA SOLICITAÇÃO
105	Solicitação de Conformidade em processamento
106	Solicitação de Conformidade não localizada
108	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)
109	Serviço Paralisado sem Previsão
CÓDIGO	**MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO**
203	Rejeição: Emissor não habilitado para Solicitar Conformidade Tributária
205	Rejeição: Emitente em situação irregular perante o Fisco
206	Rejeição: Chave de Acesso informada não existe na base SEFAZ autorizadora [chCOT: 99999999999999999999999999999999999999999999] [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]
207	Rejeição: Versão do XML do Documento não suportado pelo processo de Conformidade Tributária

209	Rejeição: Protocolo de autorização informado na Solicitação de Conformidade não é o mesmo protocolo de Autorização da Nota
210	Rejeição: Já existe uma Solicitação de Conformidade para o documento informado
212	Rejeição: Número do Item não informado ou inválido para o Documento informado
213	Rejeição: CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital
214	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido
215	Rejeição: Falha no schema XML
223	Rejeição: CNPJ do transmissor do arquivo difere do CNPJ do transmissor da consulta
224	Rejeição: CNPJ8 do transmissor da solicitação difere do CNPJ8 do transmissor da consulta
226	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
227	Rejeição: Erro na composição do Campo ID
228	Rejeição: Situação do documento não é válida para o processo de Solicitação de Conformidade Tributária
239	Rejeição: Versão informada não suportada
243	Rejeição: XML Mal Formado
248	Rejeição: UF do Recibo difere da UF autorizadora
252	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
253	Rejeição: Digito Verificador da chave de acesso composta inválido
280	Rejeição: Certificado Transmissor inválido
281	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade
282	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ
283	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação
284	Rejeição: Certificado Transmissor revogado
285	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil
286	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR
290	Rejeição: Certificado Assinatura inválido
291	Rejeição: Certificado Assinatura Data Validade
292	Rejeição: Certificado Assinatura sem CNPJ
293	Rejeição: Certificado Assinatura - erro Cadeia de Certificação
294	Rejeição: Certificado Assinatura revogado
295	Rejeição: Certificado Assinatura difere ICP-Brasil
296	Rejeição: Certificado Assinatura erro no acesso a LCR
297	Rejeição: Assinatura difere do calculado
298	Rejeição: Assinatura difere do padrão do Projeto
402	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8
404	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido
421	Rejeição: Ano informado na chave de acesso invalido ou anterior a 2021
598	Rejeição: Usar somente o namespace padrão da Solicitação de Conformidade
599	Rejeição: Não é permitida a presença de caracteres de edição no início/fim da mensagem ou entre as tags da mensagem

6.3 Tratamento de caracteres especiais no texto de XML

Todos os textos de um documento XML passam por uma análise do “parser” específico da linguagem. Alguns caracteres afetam o funcionamento deste “parser”, não podendo aparecer no texto de uma forma não controlada.

Os caracteres que afetam o “parser” são:

- (Sinal de maior),
- < (Sinal de menor),
- & (e-comercial),
- “ (aspas),
- ‘ (sinal de apóstrofe).

Alguns destes caracteres podem aparecer especialmente nos campos de Razão Social, Endereço e Informação Adicional. Para resolver o problema, é recomendável o uso de uma sequência de "escape" em substituição ao respectivo caractere.

Ex. a denominação: DIAS & DIAS LTDA deve ser informada como: DIAS & DIAS LTDA no XML para não afetar o funcionamento do "parser".

Caractere	Sequência de escape
<	<
>	>
&	&
"	"
'	'

6.4 Número da Solicitação de Conformidade

O número da Solicitação de Conformidade será gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual autorizadora, com a seguinte regra de formação:

2 posições com o Código da UF onde foi entregue a Solicitação (codificação do IBGE);
1 posição com o Tipo de Autorizador (1=SEFAZ normal, 3=SEFAZ VIRTUAL-RS);
12 posições numéricas sequenciais.

Campo	Código da UF	Tipo Autorizador	Sequencial
Quantidade de caracteres	02	01	12

O projeto utiliza a codificação da UF definida pelo IBGE:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

7 WebServices disponíveis

Os endereços dos WebServices disponíveis são os seguintes:

7.1 Ambiente de Homologação de Empresas

WebService	Endereço
Envio de Solicitação de Conformidade	https://cot-homologacao.sefazrs.rs.gov.br/WS/PRCotSolicConfWS/SolicitacaoConformidade.asmx
Consulta Resultado da Solicitação de Conformidade	https://cot-homologacao.sefazrs.rs.gov.br/WS/ConsultaSolicConfWS/ConsultaSolicConfWS.asmx

7.2 Ambiente de Produção

WebService	Endereço
Envio de Solicitação de Conformidade	*Endereço ainda não disponível*
Consulta Resultado da Solicitação de Conformidade	*Endereço ainda não disponível*

Obtenção do WSDL:

A documentação do WSDL pode ser obtida na internet acessando o endereço do WebService desejado.

Exemplificando, para obter o WSDL de cada um dos WebService abra o navegador Web (Internet Explorer, por exemplo) e digite o endereço desejado seguido do literal '?WSDL'.